



TEM CERRADO E POVOS INDÍGENAS NAQUELE LUGAR: DO AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA MATOPIBA A TERRITORIALIDADE E RESISTÊNCIA NO SUDOESTE DO PIAUÍ

José Wylk Brauna da Silva ¹

RESUMO:

O presente estudo aborda a expansão do agronegócio no bioma Cerrado, com ênfase na resistência e afirmação da existência étnica do povo indígena Gamela, localizado na região Sudoeste do Piauí, Brasil. Apresenta abordagem metodológica a participação militante, comprometida com a realidade e as lutas dos povos tradicionais. O método parte da Investigação Ação-Participante-IAP, integrando a escuta ativa nos processos comunitários, por meio da coleta de depoimentos, relatos, testemunhos, histórias e experiências de vida. O referencial teórico desse estudo discute os conceitos de tipologias de território (FERNANDES, 2009), espaço e sociedade (SANTOS, 1979), a expansão agrícola, o agronegócio, modernidade e desigualdades (LEITE, 2024, SATIRO, 2024, SAUER, 2024), reflete as contradições da sociedade, as relações sociais e o movimento real, LEFEBVRE (1983). Os resultados desse estudo contribuem para compreensão crítica do MATOPIBA como projeto geopolítico, econômico e territorial de expansão do agronegócio no Brasil. Analisa a formação econômica das sociedades, as relações sociais, territoriais e ambientais. Identifica os impactos do avanço do agronegócio sobre os territórios indígenas e sobre o Cerrado no ambiente da pesquisa. Mapear as contradições políticas, econômicas, sociais, territoriais e ambientais da formação do estado e das sub-regiões.

Palavras-chave: Cerrado, Fronteira agrícola, Povos Indígenas, Território, Sudoeste do Piauí.

RESUMEN:

Este estudio aborda la expansión de la agroindustria en el bioma del Cerrado, con énfasis en la resistencia y la afirmación de la existencia étnica del pueblo indígena Gamela, ubicado en la región suroeste de Piauí, Brasil. Presenta un enfoque metodológico basado en la participación militante, comprometido con la realidad y las luchas de los pueblos tradicionales. Presenta un enfoque metodológico basado en la participación militante, comprometido con la realidad y las luchas de los pueblos tradicionales. El método se basa en la Investigación-Acción Participativa (PARI), integrando la escucha activa en los procesos comunitarios mediante la recopilación de testimonios, informes, relatos y experiencias de vida. El marco teórico de este estudio aborda los conceptos de tipologías territoriales (FERNANDES, 2009), espacio y sociedad (SANTOS, 1979), expansión agrícola, agroindustria, modernidad y desigualdades (LEITE, 2024, SATIRO, 2024, SAUER, 2024), y refleja las contradicciones de la sociedad, las relaciones sociales y el movimiento real (LEFEBVRE, 1983). Los resultados de este estudio contribuyen a la comprensión crítica de MATOPIBA como proyecto geopolítico. Los resultados de este estudio contribuyen a una comprensión crítica de MATOPIBA como proyecto geopolítico, económico y territorial para la expansión de la agroindustria en Brasil. Analiza la formación económica de las sociedades y sus relaciones sociales, territoriales y ambientales. Identifica los impactos de la expansión de la agroindustria en los territorios indígenas y el Cerrado en el contexto de la investigación. Mapea las contradicciones políticas, económicas, sociales, territoriales y ambientales de la formación del Estado y sus subregiones.

¹ Graduado em Educação do Campo pela Universidade Federal do Piauí-UFPI. Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela Universidade Brasília-UnB. Integrante voluntário do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Ciência decolonial Epistemologia e Sociedade-NEPEECDES, UFPI. Vinculado no Observatório de conflitos socioambientais do MATOPIBA. Doutorando do curso de geografia da Universidade de Brasília-UnB, jwylk9@gmail.com;



Palabras clave: Cerrado, Frontera agrícola, Pueblos indígenas, Territorio, Suroeste de Piauí.

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a expansão do agronegócio no bioma Cerrado, com ênfase na resistência e afirmação da existência étnica do povo indígena Gamela, localizado na região Sudoeste do Piauí, Brasil. O foco recai sobre a região do Matopiba –sigla que designa áreas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – considerada uma das últimas fronteiras agrícolas do Brasil. A expansão da fronteira agrícola e a intensificação dos monocultivos tem gerado conflitos fundiários, além de aprofundar disputas históricas, afetando particularmente comunidades tradicionais e povos do campo.

O agronegócio, estruturado majoritariamente em monoculturas de soja em larga escala, tem sua produção voltada à exportação, impulsionada por políticas estatais baseadas no livre comércio. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), “o bioma Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, abrangendo a área de aproximadamente 200 milhões de hectares, o que corresponde a 23,3% do território nacional”. O Cerrado encontrasse ameaçado pelo avanço da fronteira agrícola, impactando profundamente os territórios indígenas, como o de Laranjeiras.

A afirmação da existência dos sujeitos indígenas no território de Laranjeiras parte das lutas sociais em defesa da terra e da água – recursos ameaçados pela lógica de desenvolvimento capitalista, que nega e inviabiliza os modos de vida tradicionais. Para os Gamelas, a permanência em seu território depende da conservação ambiental, especialmente das nascentes e dos copos d’água. As práticas de resistência estão, portanto, intrinsecamente vinculadas a preservação da natureza e a salvaguarda dos direitos territoriais.

O maior desafio enfrentado pelos Gamela é conter o desmatamento e os impactos socioambientais decorrentes da agricultura empresarial. Este modelo representa uma ameaça a sobrevivência física, cultural e espiritual da comunidade. A r-existência – entendida como a prática simultânea de existir e resistir – exige o reconhecimento do direito a terra e a identidade indígena.

A problemática central deste estudo reside na exportação predatória da fronteira agrícola no MATOPIBA, cujas consequências, intensificadas desde a década de 1990, incluem



desmatamento, contaminação ambiental, conflitos fundiários e violação de direitos humanos. Esses fatores comprometem a permanência do povo Gamela em seu território tradicional, rompendo com os ciclos naturais da biodiversidade e ameaçando sua produção étnico-cultural. A mitigação dos danos causados pelo agronegócio torna se, assim, uma condição indispensável para a continuidade da vida indígena na região.

Essa pesquisa se justifica pela urgência em investigar os problemas no espaço social, no território e ambientais em decorrência da expansão da fronteira agrícola no Sudoeste do Piauí. Intensificados pelos conflitos por terra nas comunidades indígenas, o desmatamento, violação de direitos, poluição, além das profundas transformações na paisagem, na biodiversidade e no território.

O objetivo geral desse estudo é analisar a delimitação do território no contexto geográfico, a partir do espaço de vivências dos indígenas no enfrentamento a expansão da fronteira agrícola e os desafios das potencialidades ambientais, no contexto da região Sudoeste do estado do Piauí. Analisar o território e a fronteira no contexto geográfico, como espaço de legitimação da expansão da fronteira agrícola no Sudoeste do Piauí. Compreender a formação histórica da fronteira agrícola no Sudoeste do Piauí, os principais agentes envolvidos na transformação do território e suas contradições. Investigar os territórios indígenas no cerrado, a organização do espaço, as lutas sociais e os processos de demarcação e os modos de produção frente expansão predatória do agronegócio. E analisar o espaço geográfico protegido, as potencialidades ambientais no território e a gestão territorial do espaço geográfico no Sudoeste do Piauí.

Por tanto, essa pesquisa contribui para sociedade civil abordando assuntos relevantes sobre territorialidade, espaço social, expansão da fronteira agrícola e conflitos por terra. Também, envolve debate da biodiversidade do Cerrado, conter o desmatamento, demarcação de terras e visibilidade as vozes indígenas diante da violência histórica. E o enfrentamento dos indígenas frente as pressões da lógica econômica do agronegócio que transforma o território em mercado, tornando a terra produto de acúmulo de riqueza e concentração de renda, gerando fome, miséria e destruição ambiental.

METODOLOGIA

Essa pesquisa apresenta como abordagem metodológica a participação militante, comprometida com a realidade e as lutas dos povos tradicionais e com o meio ambiente. Segundo Borda (1981), este projeto adota a abordagem investigativa, estudando in loco o



espaço, o território e os conflitos com a participação direta e cotidiana do pesquisador no ambiente de estudo.

O método dessa pesquisa parte da Investigação Ação-Participante-IAP, integrando a escuta ativa nos processos comunitários, por meio da coleta de depoimentos, relatos, testemunhos, histórias e experiências de vida. A conversa-ação que parte da ação da pesquisa militante, conforme consta nos estudos metodológicos de Borda (1981). Dessa forma, o levantamento de dados deste estudo será realizado pela construção de diálogos coletivos, rodas de conversa, histórias e experiências de vida no cerrado Piauiense. Esses diálogos têm como propósito escutar e observar as experiências vivenciadas pelos sujeitos tradicionais no espaço e no território.

Os procedimentos serão realizados em seis etapas no território da pesquisa em curso. As etapas têm o objetivo de coletar informações e dados sobre os territórios e as populações tradicionais no Sudoeste do Piauí. o Campo da pesquisa tem como foco a observação, a participação e as análises do território, por isso, são divididas em quatro momentos diferentes para coletar as informações relevantes.

1ª etapa, levantamento bibliográfico de trabalhos científicos que estudam o território e a fronteira agrícola. 2ª etapa, (campo 1) a observação militante no cotidiano das comunidades. 3ª etapa, (campo 2) a participação militante nas experiências dos povos indígenas nas comunidades. 4ª etapa, (campo 3) realizar entrevistas, depoimentos, testemunhos, nas suas relações sociais com o território, meio ambiente e as classes. 5ª etapa, (campo 4) observar a paisagem do Cerrado: as áreas de cultivos da commodities soja, as áreas dos Baixões Produtivos-BP, lugar de proteção e produção sustentável, e analisar as contradições do território e do espaço social.

A primeira etapa, o levantamento bibliográfico, consiste na elaboração do estado da arte, elencando estudos importantes sobre a região da pesquisa em curso, e analisando os problemas socio territoriais, ambientais, econômicos e políticos. A segunda etapa, observa o ambiente de pesquisa, as relações sociais entre classes, o meio ambiente, o território e a economia. A terceira etapa, a participação nas experiências socio territoriais, vivenciando a rotina, as dinâmicas com o meio ambiente, os meios de produção, a lutas por direitos e o enfrentamento a expansão da fronteira agrícola. A quarta etapa coleta depoimentos, testemunhos, histórias e relatos, identificando os principais problemas enfrentados pelas populações indígenas no território e na fronteira agrícola. A quinta etapa é a investigação militante sobre os impactos socioambientais no Cerrado, a observação dos monocultivos de soja, e a participação do estado como parceiro do agronegócio na região.



Serão utilizados como instrumentos; o caderno de campo e aparelhos eletrônicos. O Caderno de Campo-CCA, tem como função, anotar os relatos, testemunhos, histórias, experiências e os modos de produção dos Baixões Produtivos-BP dos povos tradicionais no Sudoeste do Piauí. Aparelhos Eletrônicos-APEL, Celulares, Drones e Notebooks, tem como função, registrar, gravar, armazenar dados, documentos e filmagens, agrupando informações importantes para os resultados da tese.

Para cumprir os objetivos dessa pesquisa, o pesquisador desenvolve a técnica da ação participante, ou seja, cada fase do campo é dividida por ação. Nesse sentido, a primeira ação, a pesquisa dialoga com os estudos de SILVA e MACEDO (2022) pois, no Piauí, os indígenas foram forçados ao silenciamento. ARANTES e MEDEIROS (p. 3. 2024) acrescenta “devido ao “nomadismo” os indígenas precisavam migrar periodicamente em busca de alimento, terras férteis e segurança, devido as perseguições e guerras”

SILVA e MACEDO (p, 54. 2022) “a formação histórica do estado do Piauí foi forjada por meio de um brutal derramamento de sangue indígena, escravizando o povo, desindianização e integração forçada, resultando no apagamento étnico” essa violência brutal fez com que a Funai não reconhecesse a presença de indígenas no estado do Piauí. Diante desse impasse, o estado do Piauí reconhece, pela “LEI 7389 de 27 de agosto de 2020, reconhecendo formalmente e expressamente a existência de povos indígenas nos limites territoriais do estado do Piauí, publicado no Diário oficial 162” (Governo do Piauí, 2020).

Na segunda ação, na luta pela demarcação da terra e o enfrentamento ao agronegócio. Os estudos de ARANTES e MEDEIROS (2024) contribui sobre o confronto enfrentado pela comunidade indígena Gamela, contra a expansão agrícola do agronegócio na região, violentando a dignidade humana, intimidando, assediando as terras, tentando a todo custo expulsar os indígenas de suas terras ancestrais.

Segundo os autores, ARANTES e MEDEIROS (p, 1. 2024).

O confronto enfrentado pela comunidade indígena Gamela, localizada no bioma Cerrado, na região sul do estado do Piauí, no Nordeste do Brasil, entre questões agrárias e o agronegócio. O território dessa área é considerado a última fronteira agrícola do país. O autorreconhecimento e a auto-organização do povo Gamela em sua luta pela demarcação do território indígena e pela titulação da terra são fundamentais para a superação da invisibilidade dos povos indígenas no Piauí, imposta pela historiografia e pelas políticas oficiais. ARANTES e MEDEIROS (p, 1. 2024)

Os indígenas retomam suas terras travando lutas sociais e territoriais pela demarcação como forma de garantir que seus direitos sejam garantidos. No mundo dos brancos os indígenas



recorrem as instituições públicas (FUNAI, DPU, MPF), legitimando suas lutas na escrita e documentadas em um papel branco. A luta principal é a demarcação da terra, por isso, é fundamental a retomada a partir do autoconhecimento e da organização coletiva.

Os estudos de DA SILVA, DOS SANTOS e DA SILVA (2022) contribui com a terceira ação, na construção das entrevistas, testemunhos, histórias e experiências de vida, identificando os impactos sociais, territoriais e ambientais com base na realidade dos sujeitos. Segundo os autores, “o legado dos indígenas é a luta pela identidade étnica[...] inspirando a luta dos Gamelas” a inspiração dos indígenas vem dos ancestrais, no levante contra o Latifúndio, a opressão e o genocídio.

A experiências históricas, o testemunho e os relatos revelam como os indígenas migraram para se sobreviver e resistir, e r-existência quando o povo se levanta para lutar, PORTO GONÇALVES (2013) ou seja, os indígenas já existiam antes do agronegócio, e r-existiram a chegada do agronegócio afirmando o reconhecimento da sua etnia Akroa Gamela. A r-existência PORTO GONÇALVES (2013) se configura uma luta ancestral no sentido de enfrentar as estruturas do poder social, político e econômico da expansão agrícola.

Por tanto, a r-existência indígena Gamela, também, é pela proteção da biodiversidade no Cerrado e visibilidade dos indígenas quer tiveram sua existência oculta pela violência e a perseguição. As referências textuais de DA SILVA, DOS SANTOS e DA SILVA (2022), contribui com a quarta ação, que é observar e participar das lutas contra o desmatamento, a proteção da biodiversidade no Cerrado, a luta por visibilidade dos indígenas diante da negação do outro e garantia do direito ao acesso terra produtiva.

O método e as técnicas dessa pesquisa abordam a ação participante (DA SILVA, 2023) e a Observação Participante Natural (MARCONI e LAKATOS, 2003). O método esboça o pensamento do pesquisador na condução das atividades de campo. Na condição de observador e participante, o pesquisador conduz esse momento junto com indígenas no território. Pesquisando os modos de vida no território, a relação com a natureza e participando dos processos de luta pela demarcação da terra.

As técnicas desse método de pesquisa, segundo os estudos de MARCONI e LAKATOS (p. 174, 2003) “a técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos”. Em razão disso, a pesquisa parte da técnica da observação, da participação, entrevistas não-estruturada e do caderno de campo.

A observação (MARCONI e LAKATOS, 2003) inserido no território indígena “Consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao



grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste”. Ou seja, o pesquisador participa das lutas sociais, territoriais e ambientais dos sujeitos indígenas.

A técnica da participação (MARCONI e LAKATOS, 2003) o observador participante “enfrenta grandes dificuldades para manter a objetividade, pelo fato de exercer influência no grupo, ser influenciado por antipatias ou simpatias pessoais, e pelo choque do quadro de referência entre observador e observado”. O objetivo seria explicar a importância da pesquisa para sociedade, sem ocultar a intenção ou a missão, sendo que, algumas questões podem ficar anônimas.

(MARCONI e LAKATOS, 2003) aponta mais uma forma técnica da participação, a *natural* “a) Natural. O observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga”. Afirmando que o pesquisador desse estudo é do território pesquisado, participando dos processos de luta dos indígenas. Essa técnica justifica a importância desse estudo para comunidade, contribuindo com a elaboração de documento histórico para o povo Akroa Gamela no Piauí.

A técnica da entrevista (MARCONI e LAKATOS, 2003) tem como objetivo obter informações sobre determinado assunto, mediante conversação de natureza científica e acadêmica.

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. MARCONI e LAKATOS (p. 195, 2003).

A entrevista com os sujeitos indígenas tem como objetivo a coleta de dados e informações, visando o diagnóstico a partir da investigação ação-participante para tratar de um problema social na região Sudoeste do Piauí. conforme nos orienta MARCONI e LAKATOS (p. 196, 2003) “A entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema”. Revelando a importância do problema social que está sendo investigado pelo pesquisador.

Essa entrevista, também, se configura “despadronizada ou não-estruturada”, conforme nos ensina MARCONI e LAKATOS (p. 197, 2003).

Despadronizada ou não-estruturada. O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas



dentro de uma conversação informal. Esse tipo de entrevista, segundo Ander-Egg (1978:110), apresenta três modalidades:[...] *não dirigida*. Há liberdade total por parte do entrevistado, que poderá expressar suas opiniões e sentimentos. A função do entrevistador é de incentivo, levando o informante a falar sobre determinado assunto, sem, entretanto, forçá-lo a responder. MARCONI e LAKATOS (p. 197, 2003)

Nessa perspectiva, a entrevista “despadronizada ou não-estruturada” tem como objetivo realizar perguntas abertas de acordo com o rumo da conversa, com os sujeitos expressando suas opiniões, angústias, frustrações, tristezas e alegrias, sobre determinado assunto. A condução dessa entrevista é realizada na comunidade indígena de Laranjeiras, município de Currais, Sudoeste do estado do Piauí. O tema das entrevistas é sobre as questões sociais, territoriais, ambientais, políticas e econômicas.

A técnica do caderno de campo é utilizar dos recursos dessa ferramenta para anotar os problemas sociais, ambientais e territórios na comunidade indígena. Segundo MARCONI e LAKATOS (p. 186, 2003). “Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los”. O caderno de campo é fundamental para anotar os fatos da luta pela demarcação do território e os fenômenos da natureza causados pela expansão agrícola do MATOPIBA.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Sudoeste do Piauí é um espaço de disputas territoriais, formação econômica e de relações sociais. Nessa perspectiva, esse estudo discute os conceitos de tipologias de território (FERNANDES, 2009), espaço e sociedade (SANTOS, 1979). Esse estudo também discute a expansão agrícola, o agronegócio, modernidade e desigualdades (LEITE, 2024, SATIRO, 2024, SAUER, 2024). E reflete as contradições da sociedade, ou seja, as transformações da sociedade em movimento real, LEFEBVRE (1983).

Segundo, FERNANDES (2009, p. 199) “Relações e classes sociais produzem diferentes territórios e espaços que as reproduzem em permanente conflitualidade” as classes sociais disputam os territórios, os espaços de formação e os recursos naturais do meio ambiente. Os conflitos sociais e classistas são gerados a partir da disputa pelo “projeto de desenvolvimento e de sociedade” (FERNANDES (2009, p. 199).



O conceito de espaço e sociedade, SANTOS (1979) explique que o espaço é fundamental para entender a sociedade. O espaço é histórico, está relacionado com as estruturas do estado, as normas, as instituições econômicas e formação das classes. A sociedade é resultado da transformação do espaço. O resultado disso são as desigualdades sociais, os conflitos entre capital e trabalho, dependência econômica e modernizações seletivas e excludentes.

LEFEBVRE (1983) explica a “Logica Dialética” buscando entender a contradição das coisas, das sociedades, compreender a totalidade, a história e o movimento do mundo. LEFEBVRE (1983) afirma que não é preciso negar a lógica formal, mas, superá-la, ou seja, do modo fixo para o movimento. A lógica dialética permite movimento, contradição e contradição. Essa é leitura de mundo, buscando a organização da sociedade, as transformações dos territórios e as contradições da modernidade, do avanço da globalização, ou seja, inclusão de uns e exclusão dos outros.

Os espaços da região Sudoeste do estado do Piauí são formados a partir das normas do estado, os conflitos sócio territorial e ambiental são estabelecidos pela disputa da natureza, dos espaços de produção e reprodução social e das classes dominantes. O capital é o principal produto disputado, no entanto, é preciso transformar a natureza em commodities visando acúmulo de riquezas. Por isso, as sociedades são transformadas em lugar de conflitos sociais, ambientais e econômicos.

O Cerrado é um espaço de grande extensão territorial, apresenta biodiversidade vasta, lugar de experiências e históricas dos povos indígenas. O espaço social constitui a relação entre as classes, a organização social e os espaços produtivos em disputa. Por isso, Cerrado e indígenas representam a imagem de um lugar de transformações, de avanços tecnológicos e de contradições.

As teorias discutidas servem de reflexão para entender o contexto agrário e fundiário brasileiro. A disputa pelo território, a expansão da fronteira agrícola e as contradições vivenciadas pelo povo Gamela na região Sudoeste do estado do Piauí, conhecida como última fronteira agrícola do MATOPIBA. Por isso, esse estudo investiga como se consolidou o processo agrícola e fundiário, a lógica desenvolvimentista, os problemas sociais e ambientais.

De acordo com Aguiar (2005), o Piauí possui 250.934 km², representando 16,2% da região Nordeste e 2,95% do território nacional. O Cerrado piauiense é o quarto mais importante do Brasil e o mais significativo do Nordeste, ocupando cerca de 11,8 milhões de hectares, aproximadamente 46% da área total do estado. Essa formação territorial parte do avanço do agronegócio transformando natureza em commodities.



A expansão agrícola no estado tem sido incentivada por políticas públicas que visam ao aumento da produtividade por hectare. Como observa Frederico (2013), entre 2005 e 2009, enquanto a área plantada com soja diminuiu em âmbito nacional, cresceu 14% no Nordeste. Essa expansão reforça o caráter estratégico da região para o agronegócio, que tem escolhido como vetor de exclusão social e degradação ambiental.

Jesus e Fabrini (2017), “No Piauí, a apropriação das terras dos Cerrados por grandes empreendimentos agropecuários iniciou-se na década de 1970”. Tal processo culminou na consolidação dos monocultivos de soja, com forte apoio do estado. Embora o modelo tenha inserido o Brasil entre os maiores produtores de grãos do mundo, também gerou grandes impactos ambientais e sociais, com a concentração fundiária, a redução da biodiversidade e o aumento da violência no campo.

A expansão da fronteira agrícola, ameaça os territórios tradicionais, compromete a biodiversidade e provoca a contaminação do solo, da água e do ar, segundo Jesus et al. (2017). A trajetória do agronegócio, centrada na produção de alimentos para “alimentar o mundo”, esconde o fato de que, segundo a FAO (2024), mais de 33 milhões de pessoas passam fome no Brasil. Tal condição revela o caráter excludente e predatório do mundo agrícola dominante.

O agronegócio é o principal responsável pela expansão da fronteira agrícola do Sudoeste do Piauí, última fronteira do MATOPIBA. (ELIAS, 2024). A discussão da fronteira teve início na década de 1940 como parte das estratégias de desenvolvimento do governo Vargas, conhecida como “Marcha para oeste” incentivando a invasão do Cerrado (LEITE, 2024; SATIRO, 2024; SAUER, 2024;). Essa expansão foi impulsionada durante a ditadura militar 1964, visando, mais uma vez, a ocupação do Cerrado com incentivos à produção agropecuária.

O Sudoeste do estado do Piauí está localizado na região do MATOPIBA. Nessa região o agronegócio é um dos principais vetores de reorganização do território brasileiro desde 1990 (ELIAS, 2024). Segundo dados do (IBGE, 2020) essa região, em sua maior parte, é contida o bioma Cerrado abrangendo mais de 337 municípios, superando 73 milhões de hectares e uma população estimada de 6,3 milhões de pessoas. Os estados que formam essa região são: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Esse estudo tem como área de pesquisa os municípios de, Bom Jesus, Baixa Grande do Ribeiro, Currais e Uruçuí. Esses territórios são conhecidos como cidades do agronegócio, onde a elite agrária se apropria do espaço natural do Cerrado (BUENO, 2020; SANTOS 2020). Culturalmente falando, esse espaço é composto por classes sociais são distintas, constituída por povos advindos do Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso etc.) e pela população tradicional do Sudoeste do Piauí.



A expansão da fronteira abriu espaço para desigualdades sociais e espaciais e transformações da natureza em função desse processo migratório. (SANTOS, 2014) As migrações resultam em situações de desigualdade espacial dividindo o território entre exploradores e explorados. Aqui as principais atividades são a exploração do Cerrado para acúmulo de capital.

O viés ambiental, proteção do Cerrado com o desmatamento para cultivo de soja, representa o fator conflituoso por terra no Piauí. Por isso, a CPT afirma, que a partir de 2015 o Estado do Piauí registrou maior concentração desses conflitos. Ou seja, o meio ambiente é o espaço natural da sociedade em disputa por exploração e transformação do espaço natural para espaço artificial.

O IBGE (2017) registrou uma expansão de 17,6 milhões de hectares de estabelecimentos em nível nacional, comprovando a expansão da fronteira agrícola. A expansão agrícola produz uma nova paisagem (LEITE, 2024) utilizando máquinas tecnológicas no plantio de variedades vegetais adaptadas a ambientes e lideradas pela soja. A justificativa dessa nova paisagem é a produção de alimentos, que é defendida e financiada pelo estado.

O discurso de combate à fome no mundo reforça a defesa da produção de grãos colocando o Brasil como destaque e celeiro do mundo, (Bühler 2024) o agronegócio como principal produtor de alimentos para população mundial com crescimento constante, ganhando o debate civil e espaço para expansão da agricultura. Essa narrativa é contraditória, segundo dados da fome, FAO (2022) atingindo 30 milhões de pessoas na fila da fome no Brasil.

Por outro lado, a agricultura familiar revela a produz de alimentos sustentáveis, promovendo a inclusão social, a segurança e a soberania alimentar. Em razão disso, é evidente que o agronegócio produz lucro e reproduz desigualdades sociais, e não combate à fome. (Oxfam, 2016) alerta para a concentração de renda, desigualdades sociais, com altos índices de pobreza e baixa geração de trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este projeto discute a construção do espaço, do território, das relações sociais e ambientais no Sudoeste do Piauí. Por isso, o projeto pesquisa essa região de Cerrado e os territórios tradicionais. Os resultados dessa pesquisa são construídos a partir das análises, das observações, das participações militantes, dos mapeamentos, relatos de experiências, histórias, depoimentos, e experiências com o território, as relações sociais e a natureza.

Avançar nessa discussão contribui para compreensão crítica do MATOPIBA como projeto geopolítico, econômico e territorial de expansão do agronegócio no Brasil. Analisa a



formação econômica das sociedades, as relações sociais, territoriais e ambientais. Identifica os impactos do avanço do agronegócio sobre os territórios indígenas e sobre o Cerrado no ambiente da pesquisa. Mapear as contradições políticas, econômicas, sociais, territoriais e ambientais da formação do estado e das sub-regiões.

Descrever as narrativas, estratégias de resistência e experiências de luta territorial dos povos indígenas frente ao avanço da fronteira agrícola. Saberes tradicionais e ambientais como tema central do conhecimento tradicional indígena na preservação socioambiental do Cerrado. Escrever um modelo analítico que possa ser utilizado em pesquisas futuras sobre fronteiras agrícolas e povos indígenas em outras regiões do Brasil.

Por tanto, o objetivo dessa pesquisa é a sistematização das ideias metodológicas participativas e de diálogo intercultural, valorizando os saberes indígenas no processo de pesquisa. Observar as organizações indígenas, o modelo político-econômico, as relações sociais, os movimentos sociais e instituições públicas com informações qualificadas que possam fortalecer a defesa de direitos territoriais. E, Identificar as políticas públicas relacionadas à proteção do Cerrado, aos direitos territoriais indígenas e à sustentabilidade socioambiental.

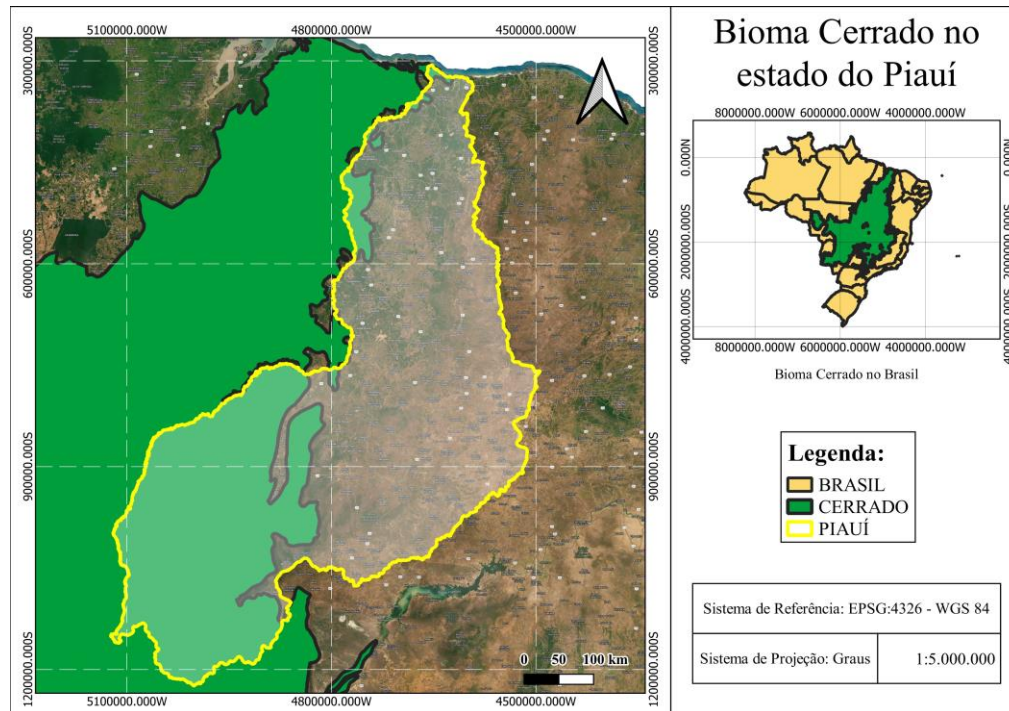
O ambiente deste estudo está localizado no Sudoeste do estado do Piauí, região de Cerrado na fronteira do MATOPIBA. Por isso, o Sudoeste do Piauí é conhecido como a última fronteira agrícola, por fazer parte da expansão do MATOPIBA, que é destaque na produção de soja e milho. Entretanto, essa é uma região constituída por povos indígenas, e em decorrência disso, nasce os conflitos nesta região, ou seja, entre povos que protegem o Cerrado e os que exploram, desmatam, poluem e tornam a terra mercadoria.

Segundo Aguiar (2005, p. 5) O estado do Piauí ocupa uma área de 11.856.866 milhões de hectares, o que corresponde a 46% da área do Estado, equivalente a 5,9% do Cerrado brasileiro e 36,9% do nordestino.

Os primeiros habitantes desenvolveram suas relações de sobrevivência com a terra, cultivando-a para o plantio de sementes, e na criação de animais. Essa relação harmônica com o meio ambiente se concretiza nas habilidades tradicionais, herdadas de seus antepassados.

A figura 1, esboça a região de Cerrado no Sudoeste do estado do Piauí, região conhecida como a última fronteira agrícola do MATOPIBA. Essa região é um espaço de disputa social e territorial entre classes e narrativas pela proteção e/ou desmatamento do cerrado. As lutas refletem a história, por um lado os guardiões da floresta Cerrado, por outro lado, os predadores utilizando dos recursos naturais para gerarem lucros e concentração de riquezas.

Figura 1: Mapa da região de Cerrado do Sudoeste do estado do Piauí

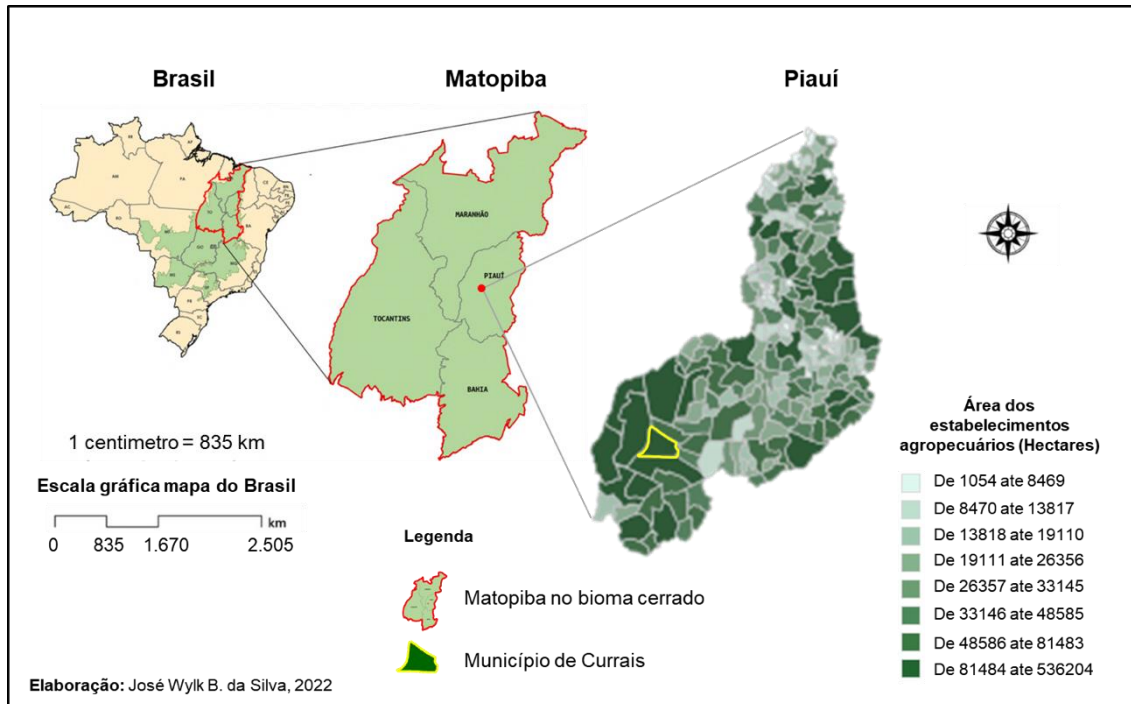


Fonte: IBGE – Mapas de Biomas

Essa região de estudos teve como inspiração as lutas sociais e ambientais nas comunidades tradicionais no Sudoeste do estado do Piauí. O campo desse estudo pesquisa o viés da expansão agrícola, a questão fundiária, a exportação e a lucratividade. Do outro lado da pesquisa, o viés oculto, os povos indígenas, o meio ambiente, as mudanças climáticas, a violência, desmatamento e poluição.

A Figura 2. apresenta a Comunidade de Laranjeiras, localizada no município de Currais, região do Sudoeste do Piauí. O município de Currais também está localizado no Cerrado.

Figura 2: Município de Currais (PI)



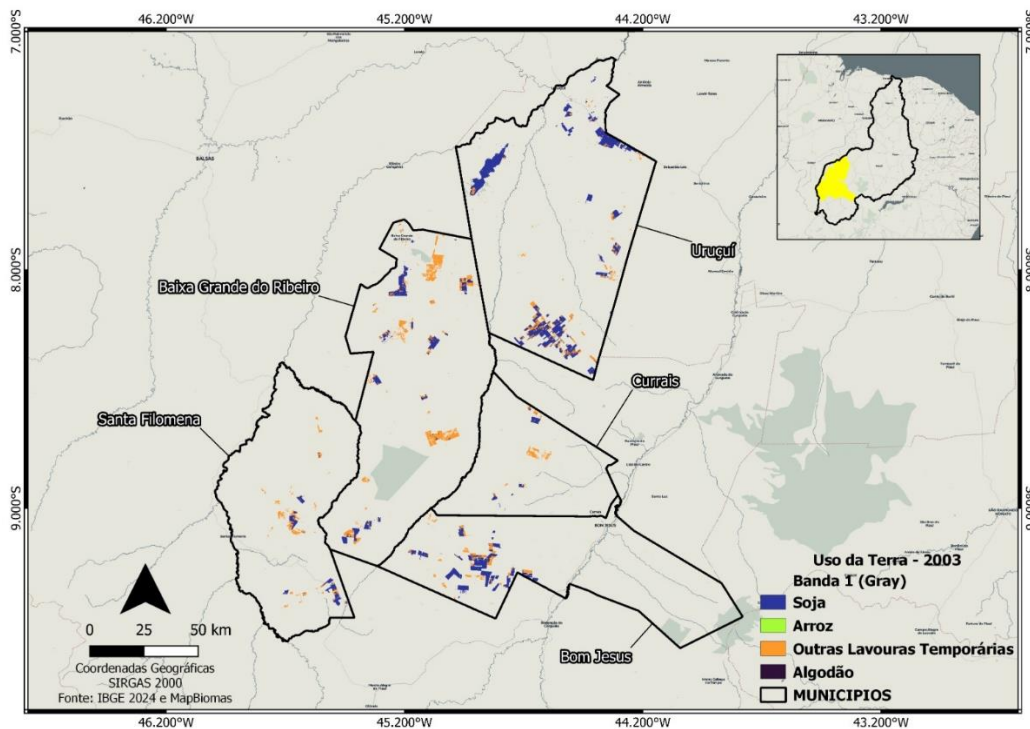
Fonte: IBGE (2022)

A região de Currais é parte do ambiente de pesquisa, constituída por indígenas da etnia Akroa Gamela. Currais é uma área de fronteira agrícola do MATOPIBA Sudoeste do Piauí com grandes indústrias agrícolas cultivadoras de soja. Esses monocultivo dominam a agricultura no Cerrado, substituindo a floresta por soja.

As experiencias da pós-graduação no doutorado estão sendo construídas a partir da disciplina de seminários com atividades de mapeamento das áreas de estudos na pesquisa do doutorado. Essas áreas estão localizadas no Sudoeste do Piauí, naquele lugar onde tem Cerrado e indígenas. Essa região reflete a disputa do espaço, território e fronteiras, pelo direito da terra e da proteção ambiental.

As atividades no Sudoeste do Piauí são exemplos de exclusão social aos custos do desmatamento e da concentração da renda. Diante disso, a organização e as lutas indígenas fazem o enfrentamento a expansão da fronteira agrícola. A figura 4 apresenta as primeiras atividades agrícolas no ano de 2003 fazendo uma comparação com o ano de 2023, ou seja, uma série histórica da expansão da agricultura orientada para exportação em grande escala com destaque para commodities soja.

Figura 4: Uso da terra para produção de commodities em 2003



Fonte: IBGE

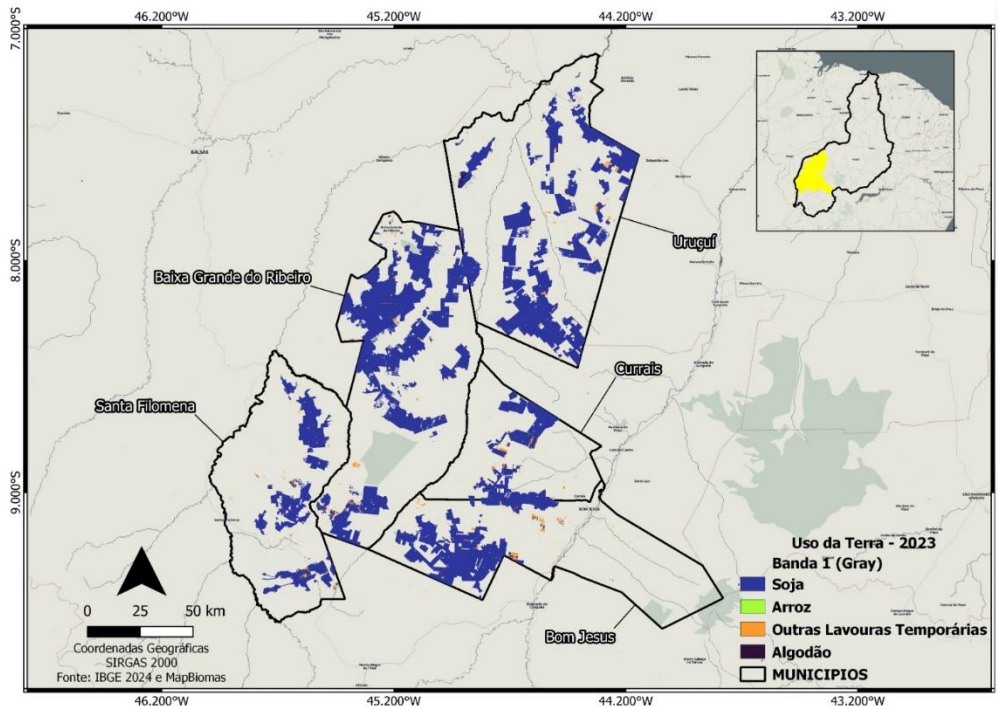
Elaboração: José Wylk Brauna da Silva

Esse gráfico 3, apresenta a região Sudoeste do Piauí, referente as primeiras atividades agrícolas e os dados da produção de commodities no ano de 2003. Os dados da Produção Agrícola Municipal-PAM, IBGE (2024), apontam que a produção total de commodities no município de Bom Jesus-PI, em 2003, foi produzido um total de 26.122 hectares. Equivalentes a 3.190 hectares de arroz e 18.500 hectares de soja produzidos. O algodão não teve índices de produção. Esse município é uma cidade polo empresarial do agronegócio, conhecida como capital da soja, e apresenta contradição com relação ao acesso as riquezas e políticas públicas sociais para população.

No município de Baixa Grande do Ribeiro, IBGE (2024,) foram produzidos um total de 22.809 hectares. Equivalendo a 6.234 de hectares produzidos de arroz e 13.535 de hectares produzidos de soja. O algodão não teve índices de produção. Em Currais-PI, foram produzidos um total de 5.756 hectares. Desse total, 2.815 hectares são de arroz e 1.980 hectares de soja. O algodão não teve índices de produção. O município de Santa Filomena-PI obteve um total de 9.905 hectares produzidos. Desse total, 2.500 hectares são de arroz e 5.500 hectares são de soja. O município de Uruçuí-PI, produziu um total de 51.439 hectares. Desse total, 160 hectares foram de algodão, 10.000 hectares de arroz e 40.119 hectares de soja.

A figura 5, expõe as atividades agrícolas do ano 2003. Repare que o contraste da paisagem muda drasticamente com os avanços da expansão da fronteira agrícola na região Sudoeste do estado do Piauí.

Figura 5: Uso da terra para produção de commodities em 2023



Fonte: IBGE

Elaboração: José Wylk Brauna da Silva

Essa figura representa a produção de commodities agrícolas referente ao ano de 2023. Os dados são da Produção Agrícola Municipal-PAM, IBGE (2024). Essas informações são referentes ao crescimento da produção de commodities, drasticamente desmatando o Cerrado e substituindo a mata nativa pelo cultivo de monoculturas e exportação em grande escala.

O município de Bom Jesus-PI, apresenta uma produção total de 115.424 hectares. Desse total, o IBGE registrou 1.162 hectares de arroz e 78.219 hectares de soja. O município de Baixa Grande do Ribeiro-PI teve uma produção total de 383.157 hectares produzidos. Desse total, 3.263 hectares são de algodão, 4.544 hectares são de arroz e 251.303 de hectares são de soja.

O município de Currais-PI produziu um total de 87.459 hectares. Desse total, 1.419 hectares são de arroz e 60.995 hectares são de soja. O município de Santa Filomena produziu um total de 119.479 hectares. Desse total, 1.283 hectares são de arroz e 87.153 é de soja. O município de Uruçuí-PI produziu um total de 292.772 hectares. Desse total, 3.200 hectares é de algodão, 1.055 hectares são de arroz e 186.035 hectares de soja.



Para isso, é importante a organização social do povo Gamela no intuito da luta pela terra ser uma alternativa ao modelo insustentável do agronegócio. Como exemplo, a produção de alimentos saudáveis é fortalecida pela parceria entre território e universidade. Assim, essa é uma r-existência do povo Gamela no enfrentamento à agricultura do uso do veneno.

A produção sustentável, sem uso de agrotóxicos é uma marca de r-existência Gamela, positiva para produção agrícola das famílias indígenas. Portanto, para fortalecer a r-existência Gamela, a implementação da placa solar é fruto da parceria com a universidade. Essa ferramenta é resultado dos investimentos em tecnologia limpa para contribuir com as famílias indígenas na produção de alimentos sustentáveis.

A Figura 6, ilustra a irrigação de hortas cultivadas de forma sustentável usando a energia solar para captar água e potencializar a produção de alimentos.

Figura 6: A irrigação da roça com a placa solar instalada na Comunidade Laranjeiras.



Fonte: Projeto de Extensão Universidade Popular (2019)

A produção dos alimentos via placa solar é uma alternativa sustentável que não agride o meio ambiente e tem o intuito de promover a produção agrícola tradicional, fortalecendo a luta pela proteção da natureza e o consumo de alimentos saudáveis.

A água é uma das principais fontes de riqueza e alimento para o povo Gamela no território indígena de Laranjeiras. Em consequência dos impactos socioambientais, devido ao



desmatamento no Cerrado, as enchentes castigaram o povo e comprometeram o uso da água. Esse problema é resultado do uso de agrotóxicos nas lavouras de soja no Cerrado.

Esse problema diz muito sobre a agricultura industrial da produção de soja a base de agrotóxicos (fertilizantes, pesticidas, insumos) todos potencialmente poluidores ao meio ambiente. Por isso, essa é uma luta de r-existência do povo Gamela diante do problema da expansão da fronteira agrícola que é a contaminação de nascentes de brejos e rios. Contudo, o uso da placa solar é uma alternativa e ao mesmo tempo uma r-existência de sobrevivência do povo Gamela.

A principal suspeita do povo Gamela é a contaminação da água por rejeitos químicos trazidos nas enchentes. Esse problema comprometeu a saúde do povo, inviabilizando o consumo por pessoas e animais. Para proteger a terra e a água, uma das principais lutas do território foi fazer a manutenção da nascente, reflorestar a área e denunciar os impactos socioambientais.

Para concluir, é evidente que a organização coletiva enquanto associação é fundamental para legitimar a luta étnica, por terra e proteção. Outra luta é a garantia de direitos humanos, uma vez que, os fazendeiros do agronegócio invadem e intimidam os indígenas de Laranjeiras. Portanto, a luta também é pela vida e por subsistência no território

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando refletir sobre as lutas e r-existências do povo Gamela, essa pesquisa procurou entender o enfrentamento ao agronegócio. Os relatos, observações de campo, e participação nos embates permitiram constatar que a principal luta dos Gamelas é para demarcação da terra como meio de garantia de sua sobrevivência no território com terra produtiva, água sustentável e proteger o meio ambiente. Conseqüentemente, o reconhecimento como povo Gamela é fundamental para garantir subsistência e proteção no território.

Organização e mobilização, a associação indígena promove a organização e a mobilização da comunidade, facilitando a troca de informações, experiências e estratégias de resistência. Isso fortalece a capacidade de ação coletiva e permite que a comunidade enfrente conjuntamente os desafios impostos pelo agronegócio. O povo Gamela sempre protegeu o território e a retomada tem como objetivo proteger a terra das ameaças do agronegócio.

Com os impactos sociais e ambientais e a luta desgastante por terra, o povo Gamela sinaliza a primeira ação da retomada no ano 2017. Essa ação foi parar barrar a tentativa de



invasão do agronegócio no território. A tentativa de invasão tem como objetivo usar a terra indígena como área de reserva do agronegócio, conhecida como fazenda Laranjeiras.

Essas são lutas que ainda estão curso e revelam muitos desafios na r-existência dos Gamelas para demarcar e proteger a terra do agronegócio. Esse processo está em tramitação na justiça e na expectativa dos estudos da Funai para demarcar a terra. Por isso, os Gamelas continuam mobilizados de forma coletiva e lutando contra as tentativas de invasão, intimidação e violação no território.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Diana; BONFIM, Joice Bonfim; PACKER, Larissa. Ribeirinhos/Brejeiros do Chope e indígenas Akroá Gamela do Vão do Vico. *Eco-genocídio no Cerrado*, vol. 10, Ibirapitanga, 2021.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Ed. Senac. São Paulo, 2005.

ARANTES, Maria do Socorro da Silva. MEDEIROS, Lucineide Barros. **The Last Agricultural Frontier” – Piauí, Brazil: Agrarian Issues, Agribusiness, and the Gamela Indigenous Territory**. SAGE Publications. 0094-582X, 2024, 205 – 224.

<https://doi.org/10.1177/0094582X241245693>.

BEDUSCHI FILHO, Luiz; HADAD, Maria Ignacia. Equidade na mesa: assegurando a segurança alimentar para todos, hoje e amanhã. **Diálogos Socioambientais**, v. 7, n. 18, p. 39-44, 2024.

Bühler, Ève Anne. Modalidades de legitimação da fronteira agrícola e contradições da regulação ambiental no Matopiba. in: MARQUES, Marta Inez Medeiros. ALVES, Vicente Eudes Lemos. *A fronteira do Matopiba as novas faces da expansão do capital e seus conflitos*. São Paulo: FFLCH, 2024. p. 90-112

BORDA, O. F. **La ciencia y el pueblo**: nuevas reflexiones sobre la investigación-acción. Bogotá, 1981.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo Brasil 2015*. Goiânia: CPT, 2016.

DA SILVA, Maria do Socorro Pereira; DOS SANTOS, Thaynan Alves; DA SILVA, José Wylk Brauna. Educação popular e expedições pedagógicas na prática educativa do povo indígena Gamela: Direitos e resistências étnicas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 1301-1320, 2022.

DE JESUS, Alex Dias; FABRINI, João Edmilson. Barbárie e modernidade na expansão do agronegócio nos cerrados piauienses. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, p. 94-116, 2017.

Pesquisa Agrícola Municipal (PAM). Rio de Janeiro, IBGE, 2019 – disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=destaques> (Acesso em: 29

de abril de 2025)

FERNANDES, Bernardo Mançano. **SOBRE A TIPOLOGIA DE TERRITÓRIOS**. In: SAQUET, Marcos Aurélio. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. (org). São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215



FREDERICO, Samuel. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 17, 2013.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto; CUIN, D. P. **Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil**: Expropriação, Violência e R-Existência. Brasil, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Agropecuários: 2006 e 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025. IBGE/MMA, Mapa de Biomas do Brasil, 2025. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio.html> acesso em 23 de abril de 2025

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. 3ª edição. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 1983.

LEITE, Acácio Zuniga. SATIRO, Guadalupe Souza. SAUER, Sérgio. in: conflitos socioambientais no matopiba: expropriação, exploração e acumulação na fronteira agrícola brasileira. MARQUES, Marta Inez Medeiros. ALVES, Vicente Eudes Lemos. *A fronteira do Matopiba as novas faces da expansão do capital e seus conflitos*. São Paulo: FFLCH, 2024. p. 428-453

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas 2003. ISBN 85-223-3397-6. 91-1926

OXFAM. Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. São Paulo: Oxfam Brasil, 2016

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis. Vozes. 1979. 156p.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5ª ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SILVA, Brisana Índio do Brasil de Macêdo; MACEDO, João Paulo. “Povos indígenas no Piauí: se escondeu para resistir e apareceu para existir!”: trajetória dos grupos indígenas da etnia Tabajara no Piauí. **Interações (Campo Grande)**, v. 23, n. 1, p. 51-65, 2022.

II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.